

INTERSECÇÕES LETAIS: RAÇA E ESCOLARIDADE COMO FATORES ASSOCIADOS À LETALIDADE POLICIAL NO BRASIL

JÚLIA BOANOVA BÖHM¹; SIMONE DA SILVA RIBEIRO GOMES²

¹Universidade Federal de Pelotas – juliabohm@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – simone.gomes@ufpel.edu.br

1. INTRODUÇÃO

A letalidade policial no Brasil tem sido objeto de estudos que apontam para uma ação policial seletiva e estruturalmente violenta, com forte foco nas populações negra e em contextos de exclusão social. Os autores MONTEIRO; PEDROSA JR. (2022), em revisão sistemática da literatura, analisaram 21 artigos publicados entre 2000 e 2020, e destacaram o caráter interdisciplinar do tema, que perpassa saúde coletiva, direito, sociologia e gestão pública. A letalidade policial no Brasil não é apenas um indicador de violência, é expressão concreta de um padrão histórico de atuação do Estado que combina seletividade, racialização e desigualdade social. Os dados produzidos sobre o tema revelam que essa forma de violência institucional incide de maneira desproporcional sobre corpos negros, jovens, com baixa escolaridade e moradores de territórios socialmente marginalizados. De acordo com os autores, a violência policial letal está ancorada em três dimensões centrais.

A primeira delas trata da legalidade das ações policiais letais e das condições que permitem sua legitimação. Estudos empíricos citados na revisão mostraram como mortes classificadas como “autos de resistência” tendem a ser arquivadas sem investigação substantiva, sustentadas pela versão oficial e pelo enquadramento das vítimas como sujeitos perigosos. A segunda dimensão diz respeito aos limites do “*accountability*” (mecanismos de controle, fiscalização e responsabilização exercidos por órgãos estatais e, em alguns casos, por instâncias da sociedade civil): pesquisas sobre ouvidorias, corregedorias e Ministério Público apontam a persistência do corporativismo, da fragilidade institucional e da adesão a discursos punitivistas que enfraquecem o controle externo. A terceira dimensão, voltada para a produção social da violência, evidencia o papel do racismo estrutural e da construção social do “inimigo” na definição de quem é mais suscetível à ação letal do Estado (MONTEIRO; PEDROSA JR., 2022).

Para compreender de forma mais precisa como esses padrões se reproduzem, este estudo adota o conceito de “intersecções letais”, formulado por Patricia Hill Collins em *Intersecções letais: raça, gênero e violência* (2024). COLLINS (2024) argumenta que sistemas de opressão - como racismo, sexismo e classismo - não atuam isoladamente, mas interagem, reforçando-se mutuamente e criando posições sociais de vulnerabilidade extrema. Nessas posições, a sobreposição de marcadores sociais de diferença produz riscos desproporcionais à violência, especialmente à letalidade estatal. Diante desse panorama, esta pesquisa de caráter quantitativo busca responder à seguinte pergunta: como raça/cor e escolaridade se associam aos óbitos por intervenção legal no Brasil, em comparação às demais causas externas de morte?

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa adota abordagem quantitativa, utilizando dados secundários provenientes do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), disponíveis na plataforma TABNET/DATASUS. Foram selecionadas as declarações de óbito por causas externas registradas no Brasil no ano de 2022. Optou-se por este recorte temporal devido à indisponibilidade de dados qualificados para anos posteriores no momento da coleta.

No agrupamento das causas externas, definiu-se como variável de desfecho o óbito por intervenção legal - classificação segundo a CID-10 sob o código Y35 -, considerado um dos tipos de causas externas. Este foi comparado ao conjunto das demais causas externas de morte, compondo assim uma variável binária (intervenção legal vs. outras causas externas).

As variáveis explicativas analisadas foram raça/cor (branca; preta; amarela; parda; indígena) e escolaridade (nenhuma; 1–3 anos; 4–7 anos; 8–11 anos; 12 anos ou mais). Essa escolha metodológica visa concentrar a análise nos marcadores sociais mais diretamente relacionados ao referencial teórico adotado - as intersecções letais de Patricia Hill Collins.

A análise foi conduzida em duas etapas. Inicialmente, realizaram-se análises bivariadas por meio de tabelas cruzadas, estimando-se as frequências absolutas e relativas (%) de óbitos por intervenção legal em cada categoria das variáveis explicativas. Em seguida, aplicou-se o teste do qui-quadrado de Pearson para verificar a associação entre as variáveis sociodemográficas e a ocorrência de óbitos por intervenção legal, considerando-se nível de significância de 5% ($p < 0,05$). Todas as análises foram realizadas no software Stata, versão 17.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Brasil, em 2022, foram registrados 2.044 óbitos por intervenção legal, correspondendo a 1,4% do total de mortes por causas externas. Quando analisados segundo raça/cor, conforme Tabela 1, observa-se que pessoas pretas (2,5%) e pardas (1,6%) apresentaram proporções mais elevadas de óbitos por intervenção legal do que brancas (0,8%), amarelas (0,6%) e indígenas (0,1%). A disparidade racial encontrada está alinhada com evidências já descritas por RIBEIRO; OLIVEIRA; DINIZ (2023), que realizaram uma análise de quais fatores estariam proeminentes nas taxas de mortes pela polícia e destacaram a sobre-representação de pessoas negras entre as vítimas da letalidade policial no país. A pesquisa deles concluiu que há uma verdadeira “guerra” contra jovens negros, mesmo em estados com altos índices de encarceramento.

Quanto à escolaridade, os maiores percentuais de óbitos por intervenção legal ocorreram entre indivíduos com 4 a 7 anos de estudo (2,0%) e 8 a 11 anos (1,6%), enquanto as menores proporções foram registradas entre aqueles sem escolaridade (0,3%) ou com 12 anos ou mais (0,3%). Essa distribuição reforça que a vulnerabilidade frente à violência letal do Estado está fortemente associada a condições socioeconômicas e oportunidades educacionais, como também sugerem MONTEIRO; PEDROSA JR. (2022).

A análise estatística pelo teste do qui-quadrado de Pearson indicou que as associações entre óbito por intervenção legal e as variáveis raça/cor e escolaridade foram estatisticamente significantes ($p < 0,001$), confirmando que esses fatores não estão distribuídos aleatoriamente, mas seguem padrões estruturais.

Tabela 1 - Distribuição dos Óbitos por Intervenção Legal e por Outras Causas Externas, Segundo Raça/Cor e Escolaridade.

Variáveis	Categorias	Óbitos				p-value
		Por intervenção legal	Por outras causas	Total	%*	
Raça/cor	Branca	440	56.848	57.288	0,80	<0,001
	Preta**	279	10.720	10.999	2,50	
	Amarela	4	618	622	0,60	
	Parda	1301	79.772	81.073	1,60	
	Indígena	1	780	781	0,10	
Escolaridade	Nenhuma	25	9.738	9.763	0,30	<0,001
	1 a 3 anos	247	20.237	20.484	1,20	
	4 a 7 anos**	809	39.851	40.660	2,00	
	8 a 11 anos	712	42.990	43.702	1,60	
	12 e mais	24	8.730	8.754	0,30	

*Percentual de óbitos por intervenção legal (CID-10: Y35) em relação ao total de óbitos por causas externas na mesma categoria de variável analisada (por exemplo, sexo, faixa etária, raça/cor, escolaridade ou região).

**Categorias com maior proporção de óbitos por intervenção legal

A análise dos resultados à luz do conceito de intersecção letal, evidencia que a letalidade policial no Brasil não se distribui de forma aleatória, mas se concentra em corpos marcados simultaneamente por raça e classe. Assim como no caso da Srta. Dhu, descrita na obra de COLLINS (2024) cuja morte sob custódia estatal na Austrália decorreu da sobreposição de sistemas de opressão - ser jovem, pobre, aborígene e mulher -, no Brasil, jovens negros, moradores de periferias e com baixa escolaridade formam o perfil mais exposto à morte prematura em intervenções policiais. Os dados apresentados no estudo mostram que a presença de maior percentual de população negra está associada a taxas mais elevadas de mortes pela polícia, o que confirma a atuação de práticas institucionais de enquadramento seletivo - mecanismos pelos quais determinados grupos sociais, sobretudo jovens negros e pobres, são sistematicamente construídos como alvos preferenciais de vigilância, abordagem e repressão. Tais práticas, enraizadas no racismo estrutural e alimentadas pela desigualdade socioeconômica, reforçam estereótipos que associam cor da pele, território e condição social à periculosidade, legitimando a aplicação desigual e violenta do poder policial (COLLINS, 2024).

Essa intersecção letal se opera por meio de múltiplos domínios de poder - estruturais, disciplinares, culturais e interpessoais - que reforçam a percepção de determinados grupos como “classes perigosas”. No plano estrutural, a concentração de operações policiais letais em áreas pobres e racializadas reflete políticas públicas que naturalizam a eliminação física como ferramenta de controle social. No plano disciplinar, a vigilância constante, a abordagem arbitrária e o uso da força letal contra jovens negros ecoam a lógica descrita pela autora, na qual a combinação entre “quem se é” e “onde se está” molda o grau de violência autorizado pelo Estado. No plano cultural, imagens de controle associam

masculinidade negra à criminalidade, legitimando a ação letal e a posterior desqualificação das vítimas (COLLINS, 2024).

Assim, a violência letal contra jovens negros no Brasil vai além de qualquer justificativa baseada apenas em índices de criminalidade. Ela se insere em um padrão mais amplo, no qual vidas são hierarquizadas e algumas são tratadas como descartáveis. Como aponta Collins, essa violência não se limita ao ato explícito - o tiro disparado pela polícia -, mas também se manifesta de forma silenciosa, na omissão institucional, na manipulação dos registros e na falta de responsabilização. O cruzamento entre racismo, desigualdade econômica e práticas policiais militarizadas produz um contexto em que a morte deixa de ser um acaso e passa a ser resultado previsível de uma estrutura social que a legitima (COLLINS, 2024).

4. CONCLUSÕES

Este estudo mostra que a letalidade policial no Brasil não é apenas um problema de segurança pública, mas parte de um sistema que combina racismo estrutural, desigualdade social e práticas policiais seletivas. A inovação do trabalho está na aplicação do conceito de intersecções letais em diálogo com uma análise estatística de dados nacionais, permitindo identificar como a combinação de fatores como raça e escolaridade cria contextos de maior vulnerabilidade à violência estatal. Os resultados indicam que essa violência integra um padrão no qual certas vidas são sistematicamente desvalorizadas, o que reforça a necessidade de repensar as políticas de segurança pública para além do viés repressivo. Mais do que controlar operações policiais, é fundamental enfrentar as bases sociais e institucionais que sustentam e legitimam essas mortes.

Esta pesquisa integra as atividades do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas, com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), vinculada ao Laboratório de Estudos sobre Ação Coletiva, Movimentos e Violência (LAMOV).

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COLLINS, P. H. **Intersecções Letais: raça, gênero e violência**. São Paulo: Boitempo, 2024.

MONTEIRO, L., PEDROSA JR., J. L. C. LETALIDADE POLICIAL NO BRASIL: Uma revisão da literatura acadêmica (2000-2020). **Confluências**, Niterói/RJ, v. 24, n. 2, p. 126-148, 2022

RIBEIRO, L., OLIVEIRA, V., DINIZ, A. M. A. Are the Brazilian Police Forces Lethal Weapons? In: FARMER, C., EVANS, R. (Ed.) **Policing & Firearms: New Perspectives and Insights**. Cham: Springer Nature Switzerland AG, 2022. Chapter. p. 33-56.